

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.377 - DF (2019/0302814-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : LIZCONSTRUÇOES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES
LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : EMANUELE OLIVEIRA SANTOS E OUTRO(S) - BA031753
RECORRIDO : JOSE SARAIVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
ADVOGADO : JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO - DF008242
ADVOGADA : AKIKO RIBEIRO MITSUMORI - DF024556

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por **LIZCONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com amparo nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 607-608, e-STJ):

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO. REQUERIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO. AUSÊNCIA DE RISCO OU DANO IRREPARÁVEL. INDEFERIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE ÊXITO. CERTEZA, LÍQUIDEZ E EXIGIBILIDADE. EMPRESA DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. PRAZO DE SUSPENSÃO EXPIRADO. NOVAÇÃO. NÃO COMPROVADA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. LIMITAÇÃO À DATA DO AJUIZAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Trata-se de apelação interposta em face da sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. 2. Nos termos do artigo 1.012, §1º, III, do NCPC, "além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado." 3. Não merece acolhida o pedido de concessão do efeito suspensivo ao apelo, quando a parte não aduz razões para demonstrar a probabilidade de provimento do recurso ou a possibilidade de risco de dano grave ou de difícil reparação. 4. Havendo no contrato de prestação de serviços advocatícios cláusula de êxito sobre qualquer vantagem econômica obtida em favor do cliente e tendo sido evidente a vantagem obtida, bem como considerando a ocorrência de trânsito em julgado, não há se falar em ausência de certeza, liquidez e exigibilidade do título. 5. O deferimento da recuperação judicial, por si só, não enseja a incompetência do juízo singular da execução, tampouco implica em extinção das ações e execuções em curso em desfavor da empresa recuperanda. 6. Dispõe o artigo 6º da Lei nº 11.101/2005 que a recuperação judicial apenas suspende as ações e execuções em face da devedora pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do deferimento da tramitação do pedido de recuperação. Segundo preceitua o §4º do mesmo dispositivo, após o decurso do referido prazo, é restabelecido o direito do credor de iniciar ou prosseguir

em sua ação ou execução individual, independentemente de pronunciamento judicial. 7. O artigo 59 da Lei nº 11.101/2005 estabelece que o plano de recuperação judicial devidamente aprovado e homologado implica novação dos créditos anteriores ao pedido, obrigando, nesses termos, a devedora e todos os credores. 8. *Incasu*, não há nos autos demonstração de que o crédito *sub judice* foi incluído pelo embargante no plano de recuperação, a fim de ensejar a novação da dívida ora discutida. 9. Apenas depois de requerida a habilitação do crédito, pelo devedor, no processo de recuperação judicial, poderá se aplicar a regra preconizada no inciso II do artigo 9º da Lei de Falências e de Recuperação Judicial. Enquanto isso não ocorrer, deve a execução do crédito observar as regras ordinárias. 10. Recurso conhecido e desprovido.

Nas razões do recurso especial (fls. 620-636, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 6º, §§ 1º e 2º, 9º, II, e 49, *caput*, da Lei 11.101/2005.

Sustenta, em síntese, que o crédito exequendo é concursal e deve ser submetido aos termos do plano de recuperação judicial, alegando que o critério para averiguar a submissão do crédito à recuperação judicial é a data do seu fato gerador e não a data do provimento judicial que o declare ou do transcurso de seu trânsito em julgado.

Contrarrazões às fls. 646-660, e-STJ.

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 661-662, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. A recorrente aponta violação aos artigos 6º, §§ 1º e 2º, 9º, II, e 49, *caput*, da Lei 11.101/2005, sustentando que o crédito exequendo é concursal e deve ser submetido aos termos do plano de recuperação judicial, alegando que o critério para averiguar a submissão do crédito à recuperação judicial é a data do seu fato gerador e não a data do provimento judicial que o declare ou do transcurso de seu trânsito em julgado.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 611-615, e-STJ):

Após as decisões desfavoráveis ao executado, **em meados de fevereiro de 2015 (id 9276589), este contratou o escritório José Saraiva & Advogados Associados para representá-lo, ora embargado**, o qual opôs embargos de declaração em face do acórdão proferido pelo TRT da 5ª Região, obtendo, em agosto de 2015, êxito em reduzir o devido pelo embargante para o valor de R\$ 872.902,58 (id's quantum 9276587 e 9276588), ante a demonstração de erros nos cálculos.

Posteriormente, o embargado, em defesa aos interesses do embargante e conforme contratado, interpôs Recurso de Revista (negado seguimento), agravo interno, medida cautelar inominada incidental, novos embargos de declaração e, por fim, Recurso Extraordinário (não admitido), **ocorrendo o trânsito em julgado da sentença condenatória em 07/12/2017, segundo informações prestadas pelo embargado e não negada pelo embargante.**

(...)

Sustenta o embargante que **o título exequendo (contrato de prestação de serviços advocatícios firmado entre os litigantes)** carece de certeza, liquidez e exigibilidade, haja vista não ter havido êxito do escritório embargado, porquanto a tese meritória acolhida e exitosa foi criada pelos advogados do escritório Castro Oliveira Advogados Associados.

(...)

Portanto, a tese aventada não merece guarida, sendo o título certo e líquido, porquanto já ocorreu o trânsito em julgado da ação trabalhista, possibilitando, portanto, apurar a vantagem econômica obtida.

(...)

Alega a parte embargante ser a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firme no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em recuperação judicial devem ser realizados pelo Juízo Universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no artigo 6º, §4º, da Lei nº 11.101/05. Assim sendo, aduz que os atos de execução são de competência do Juízo Universal.

Sem razão o recorrente.

O entendimento desse Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o deferimento da recuperação judicial, por si só, não enseja a incompetência do juízo singular da execução, tampouco implica em extinção das ações e execuções em curso em desfavor da empresa recuperanda.

Dispõe o artigo 6º da Lei nº 11.101/2005 que a recuperação judicial apenas suspende as ações e execuções em face da devedora pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da decisão que defere o processamento do pedido de recuperação. Segundo preceitua o § 4º do mesmo dispositivo, após o decurso do referido prazo, é restabelecido o direito do credor de iniciar ou prosseguir em sua ação ou execução individual, independentemente de pronunciamento judicial.

Entende-se, portanto, que o deferimento da recuperação judicial não enseja a extinção das ações e execuções individuais já ajuizadas em face da devedora, pois pode apenas suspender o curso dessas demandas pelo prazo assinado pelo legislador. Ressalta-se, por oportuno, que, *in casu*, a prorrogação do período de stay period se encerrou em janeiro de 2019 (id 9276570).

(...)

De fato, o artigo 59 da Lei nº 11.101/2005 estabelece que o plano de recuperação devidamente aprovado e homologado implica novação dos créditos anteriores ao pedido, obrigando, nesses termos, a devedora e todos os credores.

Entretanto, não há nos autos demonstração de que o crédito *sub judice* foi incluído pela embargante no referido plano, a fim de ensejar a novação da dívida ora discutida, pois, não se pode olvidar que a petição inicial do pedido de recuperação deve ser instruída com a relação nominal completa dos credores do postulante (Lei nº 11.101/05, artigo 51, inciso III).

Quanto à questão, esta Corte vem se manifestando no seguinte sentido:

(...)

Assim, cabia à empresa recuperanda a comprovação da efetiva novação do crédito, fazendo-se necessária a demonstração de inclusão do crédito perseguido no plano de recuperação, o que não ocorreu. [grifou-se]

Denota-se do julgado que a Corte distrital, a partir do exame do conjunto fático e probatório dos autos, consignou que em meados de fevereiro de 2015 o embargante contratou o escritório do embargado para prestação de serviços advocatícios (fl. 611, e-STJ) e que o título exequendo é um contrato de prestação de serviços advocatícios (fl. 612, e-STJ)

Extraí-se, ainda, que o órgão julgador entendeu que "a recuperação judicial apenas suspende as ações e execuções em face da devedora pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da decisão que defere o processamento do pedido de recuperação" (fl. 613, e-STJ), bem assim que não há nos autos demonstração de que o crédito *sub judice* foi incluído pela embargante no plano de recuperação judicial", razão pela qual rejeitou a pretensão de submissão do crédito ao Juízo Universal (fl. 615, e-STJ).

Todavia, conforme entendimento jurisprudencial consolidado por este Superior Tribunal de Justiça, em demandas como a presente, **cuja obrigação advém de fato preexistente à data de deferimento do pedido de recuperação judicial**, deve a ação de conhecimento prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, com a determinação do valor devido, deverá o respectivo crédito ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

Uma vez iniciada a recuperação judicial e apresentado o respectivo plano de soerguimento, é mister que os atos constritivos praticados em detrimento dos ativos da sociedade sejam submetidos ao juízo universal, pois o destino do seu patrimônio não pode ser afetado por decisões prolatadas por Juízo diverso daquele competente para a recuperação, sob pena de prejudicar o funcionamento da empresa, comprometendo, assim, o sucesso do plano de recuperação, ainda que transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005).

A corroborar tal conclusão:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. SERVIÇO PRESTADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXISTÊNCIA. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSTERIOR SENTENÇA DECLARATÓRIA DO CRÉDITO. ATO JUDICIAL QUE DECLARA O CRÉDITO JÁ EXISTENTE EM TÍTULO JUDICIAL. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos", o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido. 2. O art. 7º da Lei 11.101/2005 afirma que o crédito já existente, ainda que não vencido, pode ser incluído de forma extrajudicial pelo próprio Administrado Judicial, ao elaborar o plano ou de forma retardatária, evidenciando que a lei não exige provimento judicial para**

que o crédito seja considerado existente na data do pedido de recuperação judicial. **3. O crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária. Precedentes da Terceira Turma.** 4. Conflito conhecido e provido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial. (CC 139.332/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 30/04/2018) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA. 1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018. 2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento. 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente. **5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora.** 6. Recurso especial provido. (REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUIE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLESMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). 1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente

entre as partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que **inexigível. 2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial.** 2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.101/2005, a ação trabalhista _ que verse, naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial _ deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo. 3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em recuperação, o que pressupõe, naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente. 4. Recurso especial provido. (REsp 1.634.046/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.04.2017, DJe 18.05.2017) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUIMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO. 1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código

de Processo Civil, pois o eg. Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais. 2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso. 3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto. **4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.** 5. Segundo o caput do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. **6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.** 7. **Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.** 8. Recurso especial provido. (REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 16/05/2016) [grifou-se]

Com efeito, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, "o art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que 'estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos', o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido".

Assim sendo, embora o crédito objeto da presente demanda tenha se tornado líquido após o ingresso do pedido de recuperação judicial, com o trânsito em julgado da respectiva sentença proferida na ação trabalhista (fl. 612, e-STJ), porquanto decorrente de fato ocorrido em momento anterior, deve ser submetido ao plano de soerguimento da sociedade recuperanda.

Logo, o entendimento do Tribunal de origem, no ponto, destoa da jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, merecendo prosperar a irresignação da recorrente para determinar que o crédito exequendo seja submetido ao plano de recuperação judicial da empresa demandada, nos termos da fundamentação supra.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para, reformar o aresto recorrido e determinar que o crédito objeto da presente demanda seja submetido ao plano de recuperação judicial da

Superior Tribunal de Justiça

empresa demandada, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator